



# Estratégia

CONCURSOS

## Aula 10

**Legislação de Interesse da Atividade de Inteligência p/ ABIN**

Professor: Ricardo Vale

**AULA 10- LEGISLAÇÃO DE INTERESSE DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA**

SUMÁRIO	PÁGINA
1- Palavras Iniciais	1
2- Lei de Segurança Nacional	2 - 6

Olá, amigos do Estratégia Concursos! Tudo bem?

Hoje, dando continuidade ao nosso curso, estudaremos a **Lei de Segurança Nacional** (Lei nº 7.170/83), que foi assunto do edital de Oficial e Técnico de Inteligência em 2008. Inicialmente, não havíamos previsto essa lei em nosso curso, mas devido a **pedidos dos alunos**, trataremos dela nessa aula extra.

Trata-se de uma aula pequena porque, conforme estudaremos, a Lei de Segurança Nacional é **muito pouco utilizada** e há, inclusive, alguns juristas que afirmam que ela não foi recepcionada pela Constituição Federal. Também não há questões de prova sobre essa lei.

Um abraço,

Ricardo Vale

***"O segredo do sucesso é a constância no objetivo!"***

[ricardovale@estrategiaconcursos.com.br](mailto:ricardovale@estrategiaconcursos.com.br)

<http://www.facebook.com/rvale01>

## 1- A Lei de Segurança Nacional:

### 1.1- Introdução:

A Lei de Segurança Nacional (LSN) foi editada em 1983, em um momento político em que o Brasil ainda vivia sob o **regime militar**. Assim, **embora ela tenha flexibilizado** o tratamento dos crimes contra a segurança nacional se comparada ao diploma anteriormente em vigor (Lei nº 66.620/78), é notório que ela **está longe de refletir a proteção aos direitos e garantias fundamentais** outorgada pela Constituição Federal de 1988.

Em virtude de a Lei de Segurança Nacional (LSN) ser anterior à CF/88, a sua leitura deve ser atenta e levar em consideração que vários de seus dispositivos **não foram recepcionados** pela nossa Carta Magna. O art. 33, da Lei de Segurança Nacional, por exemplo, evidencia uma **enorme afronta** aos direitos e garantias fundamentais. O referido dispositivo estabelece que *"durante as investigações, a **autoridade que presidir o inquérito poderá manter o indiciado preso ou sob custódia**, pelo prazo de quinze dias, comunicando imediatamente o fato ao juízo competente."*

É claro que isso a autoridade que preside o inquérito não pode manter o indiciado preso. Segundo o art. 5º, inciso LXI, da CF/88, **ninguém será preso** senão em **flagrante delito** ou por **ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente**, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei. Não poderá, então, um Delegado de Polícia, pelo simples fato de presidir um inquérito, determinar a prisão do indiciado.

Outro absurdo é o que encontramos no art. 33, § 2º, da LSN, que dispõe que será permitida a **incomunicabilidade do indiciado** no período inicial das investigações pelo prazo máximo de 5 dias. Trata-se de flagrante inconstitucionalidade, uma vez que o art. 5º, inciso LXIII, da CF/88 estabelece que o **preso será informado de seus direitos**, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe **assegurada a assistência da família e de advogado**. Não há que se falar, portanto, em incomunicabilidade do preso, nem mesmo durante estado de defesa (art. 136, § 3º, inciso IV).

Também é polêmico o fato de a Lei de Segurança Nacional atribuir competência à Justiça Militar para processar e julgar os crimes nela previstos. Segundo o art. 124, da CF/88, compete à **Justiça Militar processar e julgar os crimes militares** definidos em lei. Os crimes militares são os definidos no Código Penal Militar, motivo pelo qual argumenta-se que, na hipótese de prática de crime previsto na LSN, este deveria ser julgado pela Justiça Federal.

O fato é que, em razão de todas essas incompatibilidades, a Lei de Segurança Nacional é **pouco utilizada**, destinando-se, fundamentalmente, nas palavras do Prof. Luiz Flávio Gomes, a **punir crimes políticos**. Há também os que defendem que ela não teria sido recepcionada, em sua integralidade, pela Constituição Federal de 1988. No entanto, a **doutrina majoritária reconhece sua vigência** e, diante dos protestos ocorridos no Brasil em junho de 2013, alguns defenderam sua aplicabilidade.

A **discussão em torno da Lei de Segurança Nacional** é, como se pode perceber, **bastante complexa**. Em certas situações, como os ataques de grupos criminosos a policiais em São Paulo, ocorridos em 2012, seria importante que o Estado brasileiro tivesse a prerrogativa de usar a “mão pesada” contra o crime. A Comissão encarregada de elaborar um novo Código Penal ainda não apresentou seu relatório parcial (que deverá sair em julho de 2013), mas **espera-se que ela proponha a revogação da Lei de Segurança Nacional**, substituindo-a pela definição do crime de terrorismo.

Sobre o terrorismo, é importante notar que o **ordenamento jurídico brasileiro não define seu conceito**, mas a CF/88 a ele confere um tratamento diferenciado (mais gravoso), considerando-o como **inafiançável** e **insuscetível de graça ou anistia**. Também está previsto na CF/88 que constitui crime **inafiançável e imprescritível** a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático de direito.

Para concluir, em minha modesta opinião, talvez influenciada pelos meus anos na caserna, **embora a LSN não corresponda mais à realidade** do ordenamento constitucional brasileiro, seria **importante que ela fosse revista**, ao invés de revogada. Não pode um país prescindir de mecanismos aptos a defender o Estado democrático de direito quando este for afetado; nesse sentido, a Lei de Segurança Nacional funcionaria como um verdadeiro complemento ao sistema constitucional de crises, previsto nos arts. 136 a 141, da CF/88.

## 1.2 – Crimes Tipificados na Lei de Segurança Nacional:

Segundo o art. 1º, da Lei nº 7.170/83, a Lei de Segurança Nacional prevê os **crimes que lesam ou expõem a lesão** os seguintes bens jurídicos: **i) a integridade territorial e a soberania nacional; ii) o regime representativo e democrático, a Federação e o Estado de Direito e; iii) a pessoa dos chefes dos Poderes da União.**

Quando o **fato também estiver previsto** no Código Penal no Código Penal Militar, ou em leis especiais, levar-se-á em conta, para a aplicação da LSN os **seguintes fatores**:

- a motivação e os objetivos do agente;
- a lesão real ou potencial aos bens jurídicos mencionados no artigo anterior.

Vejamos, agora, os crimes tipificados na Lei de Segurança Nacional!

Crime	Pena
<b>ENTRAR</b> em <b>entendimento ou negociação</b> com governo ou grupo estrangeiro, ou seus agentes, para provocar guerra ou atos de hostilidade contra o Brasil. (Art. 8º)	Reclusão de 3 a 15 anos
<b>TENTAR submeter o território nacional</b> , ou parte dele, ao domínio ou à soberania de outro país. (Art. 9º)	Reclusão de 4 a 20 anos
<b>ALICIAR indivíduos de outro país</b> para invasão do território nacional. (Art. 10)	Reclusão de 3 a 10 anos
<b>TENTAR desmembrar parte do território nacional</b> para constituir país independente. (Art. 11)	Reclusão de 4 a 12 anos
<b>IMPORTAR</b> ou <b>INTRODUZIR</b> , no território nacional, por qualquer forma, sem autorização da autoridade federal competente, <b>armamento ou material militar privativo das Forças Armadas</b> . (Art. 12)	Reclusão de 3 a 10 anos
<b>RECEBER, OCULTAR, MANTER</b> em depósito ou <b>DISTRIBUIR</b> , sem autorização da autoridade federal competente, <b>armamento ou material militar privativo das Forças Armadas</b> . (Art. 12, parágrafo único)	Reclusão de 3 a 10 anos
<b>COMUNICAR, ENTREGAR</b> ou <b>PERMITIR</b> a comunicação ou a entrega, a <b>governo ou grupo estrangeiro</b> , ou a organização ou grupo de existência ilegal, de dados, documentos ou cópias de <b>documentos, planos, códigos, cifras ou assuntos</b> que, no interesse do Estado brasileiro, são classificados como <b>sigilosos</b> . (Art. 13)	Reclusão de 3 a 15 anos
<b>FACILITAR, culposamente</b> , a prática de qualquer dos	Detenção de 1

crimes previstos nos arts. 12 e 13, e seus parágrafos. (Art. 14)	a 5 anos
<b>PRATICAR sabotagem</b> contra instalações militares, meios de comunicações, meios e vias de transporte, estaleiros, portos, aeroportos, fábricas, usinas, barragem, depósitos e outras instalações congêneres. (Art. 15)	Reclusão de 3 a 10 anos
<b>INTEGRAR</b> ou <b>MANTER associação, partido, comitê, entidade de classe ou grupamento</b> que tenha por objetivo a mudança do regime vigente ou do Estado de Direito, por meios violentos ou com o emprego de grave ameaça. (Art. 16)	Reclusão de 1 a 5 anos
<b>TENTAR MUDAR</b> , com emprego de violência ou grave ameaça, a ordem, o <b>regime vigente ou o Estado de Direito</b> . (Art. 17)	Reclusão de 3 a 15 anos
<b>TENTAR IMPEDIR</b> , com emprego de violência ou grave ameaça, o <b>livre exercício de qualquer dos Poderes</b> da União ou dos Estados. (Art. 18)	Reclusão de 2 a 6 anos
<b>APODERAR-SE</b> ou <b>EXERCER</b> o <b>controle de aeronave, embarcação ou veículo de transporte coletivo</b> , com emprego de violência ou grave ameaça à tripulação ou a passageiros. (Art. 19)	Reclusão de 2 a 10 anos
<b>DEVASTAR, SAQUEAR, EXTORQUIR, ROUBAR, SEQUESTRAR, MANTER</b> em cárcere privado, <b>INCENDIAR, DEPREDAR, PROVOCAR</b> explosão, <b>PRATICAR</b> atentado pessoal ou atos de terrorismo, por <b>inconformismo político</b> ou para obtenção de fundos destinados à manutenção de <b>organizações políticas clandestinas ou subversivas</b> . (Art. 20)	Reclusão de 3 a 10 anos
<b>REVELAR segredo</b> obtido em razão de cargo, emprego ou função pública, relativamente a <b>planos, ações ou operações militares ou policiais</b> contra rebeldes, insurretos ou revolucionários. (Art. 21)	Reclusão de 2 a 10 anos
<b>FAZER</b> , em público, <b>propaganda</b> : <b>I</b> - de processos violentos ou ilegais para alteração da ordem política ou social; <b>II</b> - de discriminação racial, de luta pela violência entre as classes sociais, de perseguição religiosa; <b>III</b> - de guerra;	Detenção de 1 a 4 anos

<b>IV</b> - de qualquer dos crimes previstos nesta Lei. (Art. 22)	
<b>INCITAR:</b> <b>I</b> - à <b>subversão</b> da ordem política ou social; <b>II</b> - à <b>animosidade entre as Forças Armadas</b> ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis; <b>III</b> - à luta com <b>violência entre as classes sociais</b> ; <b>IV</b> - à <b>prática de qualquer dos crimes</b> previstos nesta Lei. (Art. 23)	Reclusão de 1 a 4 anos
<b>CONSTITUIR, INTEGRAR</b> ou <b>MANTER organização ilegal de tipo militar</b> , de qualquer forma ou natureza armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa. (Art. 24)	Reclusão de 2 a 8 anos
<b>FAZER funcionar</b> , de fato, ainda que sob falso nome ou forma simulada, <b>partido político ou associação dissolvidos</b> por força de disposição legal ou de decisão judicial. (Art. 25)	Reclusão de 1 a 5 anos
<b>CALUNIAR</b> ou <b>DIFAMAR</b> o Presidente da República, o do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados ou o do Supremo Tribunal Federal, <b>imputando-lhes fato definido como crime ou fato ofensivo à reputação</b> . (Art. 26)	Reclusão de 1 a 4 anos
<b>OFENDER</b> a <b>integridade corporal ou a saúde</b> de qualquer das <b>autoridades</b> mencionadas no artigo anterior. (Art. 27)	Reclusão de 1 a 3 anos
<b>ATENTAR</b> contra a <b>liberdade pessoal</b> de qualquer das autoridades referidas no art. 26. (Art. 28)	Reclusão de 4 a 12 anos
<b>MATAR</b> qualquer das <b>autoridades</b> referidas no art. 26	Reclusão de 15 a 30 anos.